

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 31/JUL

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2383/ 2020



DISTRITO FEDERAL



SINDICATO DOS VIGILANTES DO DF

Julho/2020

NOTA DE PESAR – JACI PIMENTA CARNEIRO

Desolados diante desta terrível pandemia, anunciamos o falecimento do vigilante Jaci Pimenta Carneiro, da empresa Brasfort e prestava serviço no Banco do Brasil. Jaci nasceu em 28/07/1960, em Nova Aurora, Goiás e faleceu no dia 29/07/2020, logo após completar 60 anos, vítima da COVID-19. Ele morava em Luziânia, divorciado, deixa filhos e netos desolados.

Jaci Pimenta gostava de viajar e já esteve em Londres para visitar o filho e netos que moram nesse País, apegado à família, principalmente os netos, sempre demonstrava orgulho de ser avô.

Rogamos a Deus que receba a sua alma para o descanso eterno e console o coração de seus filhos que estão em um momento de muita dor por essa perda trágica causada pelo coronavírus. Descanse em paz, guerreiro.



Nesta hora de dor peço a Deus para que conforte seu coração e lhe conceda força para superar este momento.

Nota de Esclarecimento – Oposição tenta impedir realização de Assembleia Virtual e tem pedido INDEFERIDO

Mesmo com o resultado esmagador da Assembleia Virtual, com a participação satisfatória dos trabalhadores, tudo realizado de forma transparente, colocando a disposição qualquer auditoria judicial, ou particular, a oposição continua tentando confundir a cabeça dos trabalhadores e de forma totalmente equivocada publica interpretação errônea sobre decisão da Justiça.

ENTENDA

A Assembleia ocorreu dia 30 de junho, porém a oposição protocolou ação na Justiça dia 29, ou seja, um dia antes. Acontece que o Sindicato já havia feito todos os trâmites legais para a realização do ato bem antes, obedecendo todos os prazos e em conformidade com o Estatuto e Regimento Interno do Sindicato.

O QUE DISSE O JUIZ

“Em segundo lugar, todos os filiados do sindicato autor são legítimos interessados no presente procedimento, os quais devem, portanto, ser relacionados e qualificados individualmente como tais a fim de propiciar a formação regular da relação processual”.

“Em terceiro lugar, não há negócio jurídico a ser integrado ou fiscalizado pelo Poder Judiciário no exercício da sua função estatal”

Deixou bem claro que compete aos filiados, “legítimos interessados” decidirem sobre a matéria e que não compete a Justiça fiscalizar. **OS TRABALHADORES SÃO SOBERANOS EM SUA DECISÃO.** É só ver o resultado da votação.

Em ato de desespero, a líder da oposição protocola pedido de nulidade da Assembleia, mesmo antes de ter acontecido. Veja a resposta:

“Conforme delineado pelo artigo 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Analisando a causa de pedir, todavia, a postulante não combateu o ato de convocação. Não demonstrou ilegalidade ou ofensa a ato estatutário envolvendo a convocação propriamente dita, a exemplo de publicações oficiais, procedimentos, quóruns ou prazos mínimos estabelecidos. Na realidade, pretende a demandante evitar o resultado da possível assembleia, qual seja a eventual prorrogação dos atuais mandatos. No entanto, referida pretensão, por ora, resta prematura, porquanto não houve a realização da assembleia”.

O Juiz deixa clara a autonomia do Sindicato em convocar seus trabalhadores para assembleia.

“Assim, a determinação do ato inibitório sem uma justa causa concreta e definida colide com o direito constitucional à autonomia sindical”

E destaca o fato da autora realizar o pedido poucas horas antes da realização do evento.

“Quanto ao perigo de dano, igualmente não se infere, pois a autora relata possível nulidade ocorrida em 25/06/2020, mas somente agora (29/06/2020), a poucas horas da realização do ato, ajuíza a presente”

Conclui indeferindo tal pedido.

“Ante todo o delineado, indefiro o pedido de tutela provisória, fazendo prevalecer o crivo do contraditório”.

SOBRE ELEIÇÕES

Uma audiência de conciliação aconteceu nesta terça-feira (28), mas como se trata de matéria de direito, uma nova audiência está marcada para o dia 12 de agosto, com a presença do Juiz que dará a decisão final. O presidente Paulo Verinaldo destaca que: se a justiça terminar que haja eleições, como ela deve ser realizada e garantida a legitimidade da mesma o Sindicato não medirá esforços para realizá-la.

O SINTESV-RO continua seus trabalhos normalmente, lutando pela causa dos trabalhadores, independente das críticas opositoras e com total transparência.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Rondônia

Sindsegur em parceria com a ACORDE irá realizar um trabalho social com os PCDs



Neste dia 29 de julho, o Sindsegur esteve em reunião com os PCDs e o diretor Décio Santiago da CORDE para formar uma parceria em favor dos vigilantes PCDs que estão desempregados a terem uma melhor oportunidade de empregabilidade na área de vigilância. Foram discutidos vários assuntos pertinentes as Pessoas Com Deficiência e surgiu da parte da ACORDE a ideia de qualifica-los para o mercado de trabalho em qualquer área que surgir.

O Sindsegur se prontificou a notificar as empresas que não estão cumprindo com o seu papel de empregar um PCD a cada 100 trabalhadores, além de, formar um banco de dados para os PCDs atribuindo as empresas que necessitarem. Sabemos das dificuldades que existem no mercado de trabalho e só a

união das entidades podem combater esse mal que assola aos companheiros e companheiras que lutam por uma vaga na vigilância. Devemos buscar a oportunidade para os mais desfavorecidos e lutar por uma categoria forte e sem preconceitos.

O trabalho social será em conjunto com a ACORDE que irá disponibilizar ferramentas para qualifica-los e juntos iremos formar uma base para integrar na luta, o MPT, para que possa abrir oportunidades de emprego. Onde as empresas tem fechado as portas para os deficientes. Iremos qualificar os nossos diretores e funcionários para melhor atender os PCDs e possamos ajuda-los. Denúncias: 3322-2076.

FONTE: SINDSEGUR

LADO A LADO COM O VIGILANTE:

IMAGINE COMO SERIA PARA O VIGILANTE, COM TANTO REPASSE DE DINHEIRO CONQUISTADO EM PROCESSOS, SE A DIREÇÃO DO SINDICATO ESTIVESSE NA MÃO DE PELEGOS E LAMBE-BOTAS DE PATRÃO?



Pois é! Como ficaria o Vigilante se o Sindicato estivesse na mão dos pelegos bancados pela Map e outras empresas, que dizem em alto e bom som que não processam empresas, principalmente as “boas”?

Como ficaria os colegas ex-Prosegur, Map, Java, Vipac, Servis, Ponteseg, Solário, MJR, AVI e tantos outros que tem recebido seus direitos através das ações trabalhistas encaminhadas pela direção de luta do seu Sindicato?

Veja alguns exemplos:

- Entre janeiro até agora foi mais de 2 milhões de reais repassados para 56 vigilantes ex-Protector/Prefeitura;
- Neste mês de julho e agosto entre o que já foi repassado e que está previstos, mais de 1500 vigilantes serão beneficiados e receberão créditos através do Sindicato;

- Só nesta semana foi entregue para quase 120 colegas da Vipac/Funceb cheques que totalizaram quase um milhão de reais;
- 190 vigilantes Java ou ex-Java da capital recebem deste a semana passada seus cheques no Sindicato. Na próxima semana começa o repasse para mais 60 Vigilantes do interior;
- Também na próxima semana 225.000 será repassado para mais 164 vigilantes Java ou ex-Java (NOVIDADE E NOMES A SEREM DIVULGADOS – FIQUE LIGADO).

Você acha que pelegos e lambe-bota vai tirar “doce” do patrãozinho?

Mas pelego é um bicho sem vergonha, mesmo. Fala mal do Sindicato o tempo todo e não diz um “aai” contra o patrão. E quando o Sindicato conquista e seu nome está incluído, vai caladinho e disfarçado no Sindicato ou manda a “santinha” pegar seu “chequinho”, como fez um certo Imundo na semana passada.

Refleta, tire as suas conclusões e fortaleça o Sindicato que, de verdade, lhe defende.

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

Proposta antecipa o abono salarial em razão da crise provocada pela pandemia

Ideia é antecipar de março do próximo ano para dezembro de 2020 o início do pagamento



Deputado Elias Vaz: “Não é muito, aliás é pouco; mas é o possível ao mesmo tempo que é absolutamente indispensável “

O Projeto de Lei 3831/20 antecipa o pagamento do abono salarial do PIS/Pasep relativo aos exercícios de 2020/2021 com base na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2019.

Pela proposta, o pagamento do abono deve começar, no máximo até 15 de dezembro deste ano. No calendário atual, dependendo da data de nascimento ou do número de inscrição no Pasep, o benefício poderia começar a ser pago a partir de março de 2021.

Os trabalhadores com direito ao abono salarial com saques para 2020 terão crédito em

conta caso sejam correntistas da Caixa ou do Banco do Brasil.

A proposta, do deputado Elias Vaz (PSB-GO), tramita na Câmara dos Deputados. Segundo ele, a medida busca tornar menos penosa a vida dos brasileiros, sobretudo daqueles em situação de maior vulnerabilidade, na pandemia de Covid-19. “Não é muito, aliás é pouco; mas é o possível ao mesmo tempo que é absolutamente indispensável mais este esforço do Congresso Nacional e do Governo Federal”, afirmou Vaz.

O texto altera a Lei do Seguro-Desemprego para antecipar a data do abono.

Abono

O valor do abono varia de R\$ 88 a R\$ 1.045 (um salário mínimo), dependendo do período trabalhado formalmente em 2019. O total a receber é relacionado ao número de meses trabalhados no ano anterior. Assim, quem trabalhou um mês no ano-base 2019 receberá 1/12 do salário mínimo. Só receberá o valor total quem trabalhou o ano inteiro.

Quem recebeu, em média, até dois salários mínimos mensais com carteira assinada e exerceu atividade remunerada durante, pelo menos, 30 dias em 2019 tem direito ao abono. É preciso ainda estar inscrito no PIS/Pasep há pelo menos cinco anos e ter os dados atualizados pelo empregador na Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Agências do Santander são alvos de protestos em Londrina

Sindicato dos bancários denuncia desrespeito do banco com seus funcionários e a precarização do atendimento aos clientes



Em Resumo da matéria

- Sindicato dos Bancários de Londrina realiza protestos em agências do Santander pelo segundo dia consecutivo;
- Atividades fazem parte da campanha #SantanderRespeiteOBrasil, realizada por sindicatos da categoria em todo país;
- Objetivo é denunciar a cobrança de metas abusivas e demissões de funcionários em pleno período de pandemia, mesmo após o banco ter se comprometido com a não demissão neste período;
- Dirigente do sindicato informa que atividades continuarão nos próximos dias.

Continue lendo

Pelo segundo dia consecutivo, o Sindicato dos Bancários de Londrina realiza atividades de protesto contra o Santander. Na terça-feira (28) a atividade foi realizada na agência da rua Minas Gerais (antigo Banespa). Nesta quarta-feira (29) a ação ocorreu na agência do Calçadão, ambas no Centro da cidade. Os protestos fazem parte da campanha #SantanderRespeiteOBrasil, realizada por sindicatos da categoria bancária em todo país para denunciar a cobrança de metas abusivas e demissões de funcionários em pleno período de pandemia.

O banco havia se comprometido a não promover demissões enquanto durasse a crise gerada pela pandemia. Mas, segundo o diretor do sindicato e membro da Comissão de Organização dos Empregados do Santander, Leonardo Rentz, neste período, o banco já demitiu pelo menos 663 pais e mães de família no país, sendo 17 no Paraná.

Faixas, cartazes e banners denunciando

a maneira com que o banco espanhol trata seus funcionários e funcionárias no país e a quebra de compromisso pelo Santander com o movimento sindical foram afixados nas fachadas das agências.

“O Santander Brasil é a única filial do banco no mundo que está demitindo durante a pandemia. A justificativa para as demissões é que está sendo adotado o método da meritocracia, mas o Brasil é o responsável por 30% do lucro global do banco e mesmo funcionários que atingiram as metas estão sendo dispensados”, argumentou o dirigente sindical.

Rentz informou ainda que novas atividades de protesto contra o Santander serão realizadas na base do Sindicato de Londrina nos próximos dias, com o objetivo de mobilizar funcionários e clientes, que também são prejudicados com a redução de pessoal que o banco está promovendo no país.

Fonte: CONTRAF

Auxílio de R\$ 600 só na Caixa sobrecarrega empregados e amplia risco de contágio

Banco retoma pagamento de nova parcela do Auxílio Emergencial a cerca de 5,8 milhões de trabalhadores. Para Rita Serrano, importância do banco público está demonstrada, mas é preciso descentralizar as tarefas



A representante dos empregados no Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal (Caixa), Maria Rita Serrano, afirma que a política do governo Bolsonaro de centralizar os pagamentos do auxílio emergencial naquele banco público sobrecarrega e coloca em risco os bancários e terceirizados que prestam serviço à instituição. “Neste momento de pandemia, com risco de contágio, centralizar os pagamentos em uma única instituição é temerário. Os empregados estão em situação grave, inclusive trabalhando aos sábados. O gerente geral não tem direito a hora extra”, diz Rita.

A Caixa retomou, nesta quarta-feira (29), o pagamento de nova parcela do Auxílio Emergencial a cerca de 5,8 milhões de trabalhadores. O total envolve 2,5 milhões de pessoas que recebem a quarta parcela, 800 mil pessoas da terceira parcela, 500 mil da segunda, 62 mil que recebem a primeira e 1,9 milhão vinculadas ao Bolsa Família. Segundo

o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, em entrevista coletiva, são 65,4 milhões os beneficiários do programa, somando um total de R\$ 140,3 bilhões em pagamentos. O total de pagamentos é de 199,8 milhões.

“Muita gente acha que o funcionário só atende auxílio emergencial, mas o banco exige uma série de metas, como venda de produtos, financiamento etc. Os funcionários estão profundamente sobrecarregados, com medo de contágio”, completa a conselheira.

Descentralizar

Na opinião de Rita, uma alternativa seria descentralizar os pagamentos entre os bancos federais e distribuir entre os bancos estatais. Além da própria Caixa, para o Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia, por exemplo, diminuindo pressão e riscos de contágio aos empregados e os problemas à população que podem ser causados pelas aglomerações.

A movimentação em torno da Caixa em meio ao pagamento do auxílio emergencial, do FGTS e ainda o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda, um complemento do salário dos trabalhadores, gira em torno de 121 milhões de pessoas passando pelo banco federal. Em outras palavras, mais da metade da população brasileira está passando pela Caixa no momento”, observa a conselheira.

Rita afirma que isso demonstra a importância

do banco público num momento da grave crise econômica, social e sanitária pela qual passam o Brasil e o mundo. “A Caixa tem expertise e capilaridade para fazer o atendimento, é a maior gestora de programas sociais.”

Para conseguir suprir essa demanda de tempos de pandemia, a Caixa criou poupança digital e aplicativos (Caixa Tem), o que é um mérito, observa Rita. Mas a instituição poderia conseguir melhores resultados, prossegue, além de poupar seus funcionários do esgotamento e minimizar riscos de contágio de funcionários e beneficiários. Bastaria o governo federal emitir dinheiro, o que muitos países estão fazendo na atual crise. Tal medida não é prevista pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

Cadê o papel moeda?

Com mais papel moeda em circulação, muitos dos problemas de filas e aglomerações

seriam reduzidos. A não ser os beneficiários do Bolsa Família, o pagamento desta quarta-feira, por exemplo, foi liberado para movimentações digitais, mas os saques em dinheiro, para os aniversariantes de março, poderão ser feitos só no próximo sábado (1º de agosto).

Segundo o presidente da Caixa, a previsão de pagamento dos que tiveram cadastros aprovados, mas estavam em “contestação” pela Dataprev, devem aguardar o calendário, de responsabilidade do Ministério da Cidadania, chefiado por Onyx Lorenzoni. São cerca de 800 mil pessoas.

“A Caixa paga a partir da publicação do calendário. Deve ser divulgado pelo ministério até o final da semana. Em acontecendo isso, começaremos (o pagamento) no meio da semana que vem”, disse Pedro Guimarães.

Fonte: CUT

Bradesco lucra 7,626 bilhões no 1º semestre de 2020

O número representa queda de 40%, em relação ao mesmo período de 2019 e crescimento de 3,2% comparado ao 1º trimestre deste ano



• Bradesco lucra 7,626 bilhões no 1º semestre de 2020

- O número representa queda de 40%, em relação ao mesmo período de 2019
- Porém, se comparado ao 1º trimestre deste ano, houve crescimento de 3,2%

- Banco reduziu 2.411 postos de trabalho em doze meses

- 414 agências foram fechadas no período

O Bradesco lucrou R\$ 7,626 bilhões no 1º semestre de 2020, queda de 40%, em relação ao mesmo período de 2019 e crescimento de 3,2% comparado ao 1º trimestre de 2020 (o lucro do 2º trimestre foi de R\$ 3,873 bilhões).

De acordo com análise feita pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) com base nos dados relatório apresentado pelo banco na manhã desta quinta-feira (30), a holding encerrou o 1º semestre de 2020 com 96.787 empregados, com redução de 2.411 postos de

trabalho em doze meses e foram fechadas 414 agências no período. Apenas no 2º trimestre, período afetado pela pandemia do COVID-19, foram fechados 447 postos de trabalho e 233 agências, apesar do compromisso assumido pelo banco de não demissão enquanto durar a pandemia.

“O compromisso do banco era preservar os empregos, com oportunidades para que os funcionários fossem reaproveitados neste novo modelo. Além da saúde e de preservar a vida, nossa prioridade é garantir o emprego dos funcionários. O balanço demonstra que mesmo em crise o setor continua tendo crescimento e lucro”, lembrou Magaly Fagundes, coordenadora da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Bradesco.

A rentabilidade (retorno sobre o Patrimônio Líquido médio anualizado –ROE) ficou em 11,8%, com redução de 8,8 pontos percentuais em doze meses. De acordo com o relatório do banco, as reduções do lucro líquido no período estão relacionadas, principalmente, às maiores despesas com PDD, que foram impactadas pelo reforço de provisão de R\$ 3,8 bilhões, em consequência do cenário econômico adverso. No trimestre, porém, o desempenho resultou de redução de 2,5% nos custos em relação ao trimestre anterior e ao crescimento da margem financeira.

Um item com forte impacto nos resultados da instituição foi a conta de impostos e contribuições, que passou de uma despesa de, aproximadamente, R\$ 3,8 bilhões para uma receita de R\$ 16,7 bilhões, devido à entrada de créditos tributários, revertendo o resultado negativo antes dos impostos, de R\$ 9,7 bilhões.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

A carteira de crédito expandida do banco apresentou alta de 14,9% em doze meses e 0,9% no trimestre, atingindo R\$ 661,1 bilhões. As operações com pessoas físicas (PF) cresceram 12,3% em doze meses, chegando a R\$ 236 bilhões. Os destaques no segmento foram o crédito pessoal (+22,1%), financiamento imobiliário (+18,8%), o crédito rural (+18,0%) e o crédito consignado (+14,2%). Já as operações com pessoas jurídicas (PJ) alcançaram R\$ 425,1 bilhões, com crescimento de 16,4% em doze meses. O segmento de grandes empresas cresceu 18,2%, enquanto a carteira de Micro, Pequenas e Médias Empresas, cresceu 11,7%. O Índice de Inadimplência superior a 90 dias caiu 0,2 pontos percentuais em doze meses e ficou em 3%. As despesas com devedores duvidosos (PDD), por sua vez, subiram 46,6%, totalizando R\$ 15,5 bilhões, em função da perspectiva do banco frente ao cenário econômico atual.

A receita com prestação de serviços e tarifas bancárias caiu 1,1% em doze meses, totalizando R\$ 12,9 bilhões. As despesas de pessoal, incluindo a PLR, também caíram no período (-4,6%) atingindo R\$ 10,2 bilhões. De acordo com o relatório, esse resultado das despesas de pessoal reflete “benefícios com o plano de desligamento voluntário (PDV) de 2019”, e, no trimestre, à queda na despesa com PLR, em função da queda no lucro. Assim, a cobertura destas despesas pelas receitas secundárias do banco, no período, foi de 127,1%.

FONTE: CONTRAF

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF